

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	17
LISTA DE GRÁFICOS	19
LISTA DE QUADROS	21
LISTA DE TABELAS	23
PREFÁCIO	
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	25
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
1.1 A Administração Pública: aspectos introdutórios	31
1.1.1 Conceito de Administração Pública	32
1.1.2 Os serviços públicos e as prioridades da sociedade	34
1.1.3 Breves comentários sobre agentes públicos	39
1.2 Aspectos fundamentais da estrutura da Administração Pública no Brasil	41
1.2.1 Centralização e descentralização	41
1.2.2 Administração Direta	43
1.2.3 Administração Indireta	44
1.2.3.1 Autarquia	47
1.2.3.2 Fundação pública	63
1.2.3.3 Empresa pública	75
1.2.3.4 Sociedade de economia mista	90
1.3 Reforma do Estado, entidades paraestatais e Terceiro Setor	110
1.3.1 A Reforma do Estado	110
1.3.2 As entidades paraestatais	113
1.3.2.1 Os serviços sociais autônomos	114
1.3.2.2 As organizações sociais (OS)	116
1.3.2.3 Os consórcios públicos de direito privado	120
1.3.3 O Terceiro Setor	122
1.3.3.1 Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip)	124
1.3.3.2 Controle do Terceiro Setor	128
CAPÍTULO 2	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	131
2.1 Conceito de controle	131
2.2 Controle na gestão pública	132
2.3 Formas de controle na Administração Pública	133
2.3.1 Controle institucional	133
2.3.1.1 Autotutela da administração	133
2.3.1.2 Controle interno	134
2.3.1.2.1 Interação entre controle interno e controle externo	138
2.3.1.3 Controle externo	141

2.3.1.3.1	Controle parlamentar direto.....	142
2.3.1.3.2	Controle exercido pelos tribunais de contas	147
2.3.1.3.3	Controle jurisdicional	151
2.3.2	Controle social	152
2.3.2.1	Instrumentos para interação do controle social com os órgãos de controle.....	154
2.3.2.2	Controle social e controle interno	159
2.4	Momento do exercício do controle	160
2.4.1	Controle prévio (preventivo ou <i>a priori</i>).....	160
2.4.2	Controle concomitante (<i>pari passu</i>)	162
2.4.3	Controle posterior (<i>a posteriori</i>).....	162
2.5	Tipos de controle	163
2.5.1	Controle de legalidade.....	163
2.5.2	Controle de legitimidade.....	163
2.5.3	Controle de economicidade	164
2.6	Controle como parceiro do gestor.....	164
2.7	Controle externo: função pedagógica.....	165
2.8	Controle como garantia de alcance dos resultados (finalístico)	166
2.9	Modelos de controle: tribunais de contas <i>versus</i> controladorias	169
2.10	Tribunais de contas no Brasil.....	181
2.11	Controles específicos.....	184
2.11.1	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	184
2.11.2	Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)	185
2.11.3	Banco Central do Brasil (Bacen)	189
2.11.4	Ministério Público (MP)	190
2.11.5	Departamento de Polícia Federal (DPF).....	191

CAPÍTULO 3

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	195	
3.1	Criação do Tribunal de Contas da União	195
3.2	Competências constitucionais do Tribunal de Contas da União.....	198
3.2.1	Parecer prévio sobre as contas do Presidente da República	199
3.2.2	Julgamento das contas dos administradores públicos.....	201
3.2.2.1	Contas ordinárias	206
3.2.2.2	Contas especiais.....	207
3.2.2.3	Julgamento em processo de contas	208
3.2.2.3.1	Decisão preliminar	209
3.2.2.3.2	Decisão definitiva	209
3.2.2.3.3	Decisão terminativa.....	212
3.2.2.4	Tomada de contas especial (TCE)	213
3.2.2.4.1	Fase interna da TCE	214
3.2.2.4.2	Fase externa da TCE.....	215
3.2.3	Apreciação de atos sujeitos a registro	217
3.2.3.1	Atos de admissão.....	218
3.2.3.2	Concessões de aposentadorias, reformas e pensões.....	219
3.2.4	Fiscalização de atos e contratos.....	221
3.2.5	Fiscalização das empresas supranacionais	224
3.2.6	Fiscalização de recursos transferidos a Estado, ao Distrito Federal ou a Município	225
3.2.6.1	Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	226
3.2.6.2	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	228

3.2.6.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	230
3.2.6.4	Imposto sobre Produtos Industrializados destinados a exportação (IPI-Exportação).....	231
3.2.6.5	<i>Royalties</i> do petróleo.....	231
3.2.6.6	Recursos transferidos por determinação legal	232
3.2.6.7	Transferências “Fundo a Fundo”	232
3.2.7	Prestação de informações ao Congresso Nacional	233
3.2.8	Poder sancionatório do TCU.....	233
3.2.8.1	Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.....	235
3.2.8.2	Declaração de inidoneidade do licitante fraudador.....	236
3.2.9	Sustação de atos e contratos.....	237
3.2.10	Sustação de atos administrativos	238
3.2.11	Sustação de contratos administrativos.....	238
3.2.12	Poder geral de cautela.....	241
3.2.13	Representação ao Poder competente	242
3.2.14	Eficácia das decisões do TCU	243
3.2.15	Relatório de atividades.....	244
3.3	Sede, composição e organização do TCU	245
3.3.1	Jurisdição.....	245
3.3.2	Competências similares às do Poder Judiciário	251
3.3.3	Composição do TCU	252
3.3.3.1	Ministros	253
3.3.3.2	Auditores	255
3.3.3.3	O Ministério Público junto ao TCU	256
3.3.4	Composição dos demais tribunais de contas	261

CAPÍTULO 4

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS..... 265

4.1	Investigação empírica sobre a aplicação de princípios constitucionais nos julgamentos do TCU: aspectos introdutórios.....	265
4.2	Moralidade administrativa	269
4.2.1	Moral na Filosofia e na Filosofia do Direito	269
4.2.2	Moralidade na perspectiva jurídica	273
4.2.2.1	Moralidade administrativa	273
4.2.2.2	Princípios constitucionais.....	282
4.2.2.3	Ato administrativo	292
4.3	A atuação do TCU e a moralidade administrativa	295
4.3.1	Atuação do TCU no controle do ato administrativo	295
4.3.2	Avaliação da jurisprudência do TCU	297
4.3.2.1	Princípio da moralidade.....	298
4.3.2.1.1	Menções e emprego do princípio da moralidade ao longo do período pesquisado.....	298
4.3.2.1.2	Formas de emprego dos princípios constitucionais.....	299
4.3.2.1.3	Recorrência dos tipos de irregularidades	304
4.3.2.1.4	Emprego isolado e inter-relação do princípio da moralidade com outros princípios constitucionais explícitos.....	332
4.3.2.2	Princípio da proporcionalidade	335
4.3.2.3	Colisão de princípios constitucionais	338
4.4	Conclusões sobre a atuação do TCU em face dos princípios constitucionais	341

CAPÍTULO 5

NOVOS RUMOS PARA O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	347
5.1 Gestão de pessoas no serviço público	347
5.1.1 Concursos públicos	347
5.1.2 Capacitação de gestores públicos.....	363
5.1.3 A experiência do TCU.....	365
5.1.3.1 Diálogo público.....	365
5.1.3.2 Pacto por resultados.....	368
5.2 Limitações dos tribunais de contas no Brasil	371
5.2.1 Autoexecutoriedade das deliberações dos tribunais de contas.....	371
5.2.2 Acesso a informações resguardadas por sigilo pelos tribunais de contas	376
5.3 Sistema Nacional de Controle	384
5.3.1 Integração entre os órgãos de controle: a Rede de Controle da Gestão Pública	386
5.3.2 Troca de informações no âmbito do Sistema Nacional de Controle	391
5.3.2.1 Cadastro Nacional de Gestores e Empresas	392
5.3.2.2 Banco de Dados de Controle.....	395
5.4 O futuro do TCU	396
5.4.1 Rede Interna de Informações do TCU.....	398
5.4.2 Processo eletrônico no TCU	399
5.4.3 Proposta de nova estrutura para o órgão de controle externo federal	406
5.4.4 Lei de Responsabilidade Social	407
CONSIDERAÇÕES FINAIS	411
REFERÊNCIAS	419

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS ACÓRDÃOS DO TCU CONSULTADOS PARA A PESQUISA APRESENTADA NO CAPÍTULO 4	429
APÊNDICE B – DADOS RELEVANTES DOS ACÓRDÃOS DO TCU CONSIDERADOS DE INTERESSE PARA A PESQUISA APRESENTADA NO CAPÍTULO 4 (PRINCÍPIO DA MORALIDADE)	441
APÊNDICE C – DADOS RELEVANTES DOS ACÓRDÃOS DO TCU CONSIDERADOS DE INTERESSE PARA A PESQUISA APRESENTADA NO CAPÍTULO 4 (PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE)	509
ÍNDICE DE ASSUNTOS	513
ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO	517